

ENTRE SABERES E LUGARES: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Gabriel Silva Santos², Washington Ramos dos Santos Junior³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo inventariar e analisar o patrimônio material, imaterial e natural do município de Vitória da Conquista (BA), com foco em sua relevância para a memória coletiva e a identidade territorial. A pesquisa se fundamentou no método fenomenológico e utilizou como procedimentos a revisão bibliográfica e o levantamento fotográfico. Foram mobilizados documentos legais, registros institucionais e fotografias de campo, que possibilitaram a sistematização do inventário em categorias. Os resultados apontaram que o patrimônio conquistense é diversificado e reúne desde edificações históricas, praças e museus até práticas tradicionais e paisagens naturais, como a Serra do Periperi e a Lagoa das Bateias. Contudo, a urbanização acelerada e a fragilidade das políticas públicas comprometem a preservação de bens culturais e ambientais. A análise confirmou que o patrimônio constitui eixo central de pertencimento e memória, mas também campo de disputas simbólicas em meio a pressões urbanas e interesses econômicos. Conclui-se que a preservação deve ser pensada de forma dialógica e territorializada, com participação comunitária e integração entre cultura, memória e ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Identidade territorial. Memória coletiva.

BETWEEN KNOWLEDGE AND PLACES: INVENTORY OF THE HERITAGE OF VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

ABSTRACT

This study aims to inventory and analyze the tangible, intangible, and natural heritage of the municipality of Vitória da Conquista (BA), focusing on its relevance to collective memory and territorial identity. The research was based on the phenomenological method and employed bibliographic review and photographic survey as procedures. Legal documents, institutional records, and field photographs were used, enabling the systematization of the inventory into categories. The results show that the city's heritage is diverse and includes historical buildings, squares, and museums, as well as traditional practices and natural landscapes such as Serra do Periperi and Lagoa das Bateias. However, accelerated urbanization and fragile public policies compromise the preservation of cultural and environmental assets. The analysis confirmed that heritage constitutes a central axis of belonging and memory, but also a field of symbolic disputes under urban pressures and economic interests. It is concluded that preservation must be conceived in a dialogical and territorialized way, with community participation and integration between culture, memory, and environment.

KEYWORDS: Cultural heritage. Territorial identity. Collective memory.

¹ Entidade financiadora da pesquisa: Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB)

² Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: gabriel.geo.santos@gmail.com

³ Dr. em Psicologia Social e Dr. em Geografia Humana, professor efetivo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o patrimônio é compreender um campo onde se entrelaçam memória, identidade, valores culturais e disputas simbólicas. Não se trata apenas de heranças recebidas, mas de construções sociais situadas em contextos históricos e políticos específicos. Como observa Fonseca (2017, p. 23), “o patrimônio não é uma herança recebida, mas uma construção social, contextualizada historicamente e objeto de disputas políticas”. Nesse sentido, a análise patrimonial exige ir além da contemplação dos bens, ao incorporar os vínculos afetivos e os usos sociais que lhes conferem sentido.

O conceito de patrimônio passou de uma visão restrita ao monumental e artístico para uma compreensão que incorpora práticas cotidianas, laços sociais e vínculos afetivos com o território. Brusadin e Barci-Castriota (2023, p. 60–84) evidenciam que a patrimonialização contemporânea valoriza a experiência vivida e a apropriação comunitária dos espaços. Nessa mesma direção, Luiz; Subtil; Erlacher (2023, p. 15) ressaltam que narrativas pessoais e histórias de vida, mesmo quando simples, constituem parte essencial da memória coletiva, pois expressam “o que nos torna iguais: a linguagem, a organização temporal da memória de experiências vividas”.

Esse processo de ampliação também se refletiu na legislação brasileira. A Constituição de 1988 representou um marco ao incorporar os bens imateriais e ao reconhecer a diversidade cultural como base da identidade nacional. O artigo 216 consolidou a ideia de patrimônio cultural como um conjunto de bens de natureza material e imaterial, referências à ação e à memória dos diferentes grupos sociais. Essa mudança significou um deslocamento do foco elitista para uma concepção democrática e plural.

Outro marco relevante foi o Decreto nº 3.551/2000, que regulamentou o registro do patrimônio imaterial e instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Essa medida fortaleceu a proteção de práticas, saberes e celebrações que, por muito tempo, permaneceram invisibilizadas. Chuva (2012, p. 149) ressalta que esse reconhecimento ampliou a legitimidade de tradições comunitárias, embora o processo ainda enfrente desafios quanto à participação social efetiva e ao risco de apropriações culturais.

No campo da Geografia, a noção de patrimônio ganha densidade quando articulada ao conceito de lugar. Santos (2006, p. 51) define o espaço como um “conjunto inseparável, solidário e simultaneamente contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Essa leitura permite compreender o patrimônio como resultado da interação entre materialidade e prática social, ao revelar sua natureza dinâmica e

relacional. O patrimônio, portanto, é expressão de um território vivido e constantemente ressignificado.

Nessa perspectiva, o patrimônio deve ser entendido como recurso simbólico que reforça identidades e pertencimentos. Não se trata apenas de preservar objetos ou edificações, mas de reconhecer os laços que unem comunidades a seus lugares de memória. Como afirma Nora (1989, p. 7), “os lugares de memória existem porque já não há mais meios de memória, contextos em que a memória fazia parte da experiência cotidiana”. Assim, o patrimônio atua como elo entre passado e presente e garante continuidade em meio às transformações sociais.

Vitória da Conquista, situada no Sudoeste baiano, apresenta um contexto especialmente rico para esse debate. A cidade, fundada no século XVIII, consolidou-se como importante centro regional, marcada por diversidade cultural e dinâmica urbana acelerada. Seu território reúne patrimônios materiais, imateriais e naturais que expressam a trajetória histórica da população, desde edificações coloniais e manifestações religiosas até práticas populares e paisagens ambientais.

Entretanto, a urbanização acelerada do município tem imposto tensões à preservação. Como analisa Maia (2005, p. 87), o crescimento urbano de Vitória da Conquista pressiona áreas ambientais frágeis, sobretudo em razão da expansão de loteamentos e da especulação imobiliária. Essa dinâmica compromete o equilíbrio ecológico e amplia as vulnerabilidades territoriais. Abreu (1998, p. 9), destaca que a cidade é sempre uma construção histórica, e sua expansão revela disputas de memória e identidade. Em Vitória da Conquista, essas disputas emergem de modo visível, ao colocar em conflito desenvolvimento econômico e conservação cultural.

Nesse cenário, o inventário do patrimônio se apresenta como ferramenta analítica e política. Mais do que catalogar bens, trata-se de compreender relações sociais, usos cotidianos e memórias que conferem significado aos lugares. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN) orienta essa prática, ao considerar critérios de representatividade cultural, uso social e vulnerabilidade. Essa metodologia possibilita valorizar patrimônios oficiais e também aqueles que permanecem à margem do reconhecimento institucional.

A relevância desse estudo está em contribuir para políticas públicas mais sensíveis e territorializadas. A preservação só é legítima quando reconhecida e apropriada pelas comunidades envolvidas. Fonseca (2005, p. 65) enfatiza que a patrimonialização deve ser um processo dialógico, em que a comunidade tenha voz ativa na definição do que deve ser protegido. Em Vitória da Conquista, essa perspectiva é fundamental para evitar políticas centralizadas e distantes da realidade local.

Assim, este estudo tem como objetivo inventariar e analisar o patrimônio material, imaterial e natural do município de Vitória da Conquista (BA). Ao adotar uma abordagem geográfica e crítica, busca-se compreender como esses bens contribuem para a constituição da identidade territorial, para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento do pertencimento comunitário em um contexto de rápidas transformações urbanas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa fundamentou-se no método fenomenológico, que permite compreender o patrimônio enquanto experiência vivida e ressignificada no território. Essa perspectiva possibilitou articular as dimensões materiais, imateriais e naturais aos sentidos de pertencimento e memória coletiva, ao valorizar a forma como os sujeitos se relacionam com os bens patrimoniais. O estudo considerou o patrimônio não apenas como objeto, mas como expressão de práticas sociais, vínculos simbólicos e usos cotidianos, em acordo com a abordagem geográfica crítica.

Como procedimentos metodológicos, adotou-se a revisão bibliográfica e documental, contempla autores de referência no campo (Choay, 2001; Fonseca, 2005; Nora, 1989; Chuva, 2012), além de legislações nacionais e locais sobre preservação (Constituição de 1988, Decreto nº 3.551/2000, normas municipais). Somaram-se a esses materiais os registros fotográficos produzidos em trabalho de campo, que permitiram documentar e analisar bens patrimoniais de Vitória da Conquista (BA). Esses recursos forneceram a base para a construção do inventário, estruturado nas categorias de patrimônio material, imaterial e natural, conforme os parâmetros do IPHAN e da UNESCO.

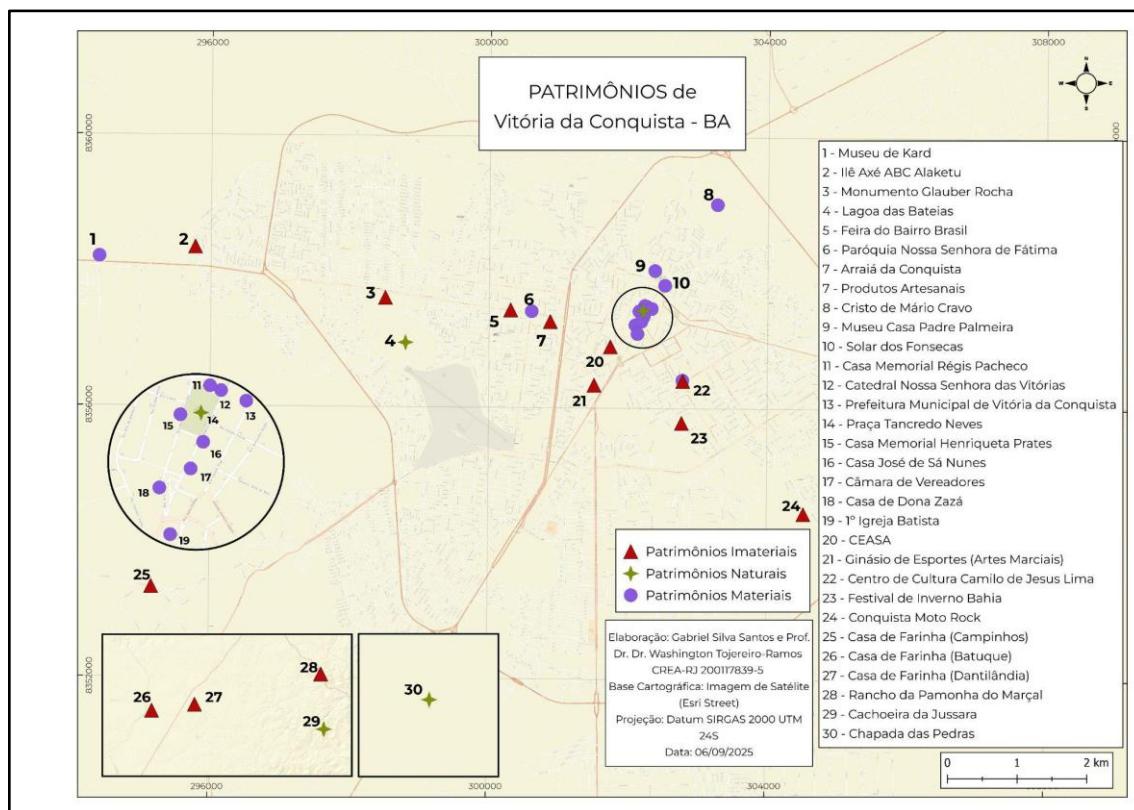
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O inventário realizado revelou a diversidade do patrimônio cultural de Vitória da Conquista, distribuído em três dimensões analíticas: material, imaterial e natural. Essa tripartição, inspirada nos referenciais da UNESCO e do IPHAN, possibilitou compreender de modo abrangente a amplitude das expressões patrimoniais no município. O resultado aponta não apenas para a riqueza cultural da cidade, mas também para as vulnerabilidades que atravessam bens simbólicos diante das pressões do crescimento urbano.

A classificação baseou-se na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN), que considera critérios como representatividade cultural, relevância simbólica, usos sociais e estado de preservação. Esse modelo mostrou-se

adequado para sistematizar informações e produzir uma leitura territorializada dos bens. A figura 1 apresenta a distribuição espacial do patrimônio no município e atua como instrumento de visualização da abrangência e diversidade dos bens inventariados.

Figura 1 - Patrimônios de Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A figura 1 apresenta a espacialização dos patrimônios inventariados em Vitória da Conquista e revela como os bens materiais, imateriais e naturais se distribuem pelo município. A concentração no centro, marcada por museus, praças e edificações históricas, contrasta com bens naturais e imateriais dispersos em bairros, distritos e áreas rurais. Essa leitura cartográfica reforça a dimensão territorial do patrimônio e evidencia que a experiência patrimonial não se limita ao centro histórico, mas alcança diferentes escalas e espaços de vivência comunitária.

No que se refere ao patrimônio material, a pesquisa identificou uma concentração expressiva no centro histórico, marcada por edificações religiosas, culturais e administrativas que condensam a memória urbana. Igrejas, museus, casas de memória e praças configuram um conjunto urbano que simboliza a história local e mantém vínculos de pertencimento com a população. Esses espaços, além de valor arquitetônico, funcionam como lugares de referência coletiva.

Entre os exemplos de patrimônio material preservado destacam-se a Casa Memorial Henriqueta Prates, a Casa Memorial Régis Pacheco, a Câmara de Vereadores

e a Prefeitura Municipal. Esses edifícios encontram-se em bom estado de conservação e representam tanto a memória política quanto os vínculos comunitários. A preservação desses bens fortalece a identidade do centro urbano e reforça sua relevância para práticas educativas e culturais.

Por outro lado, o inventário identificou bens materiais em situação crítica, como o Solar dos FONSECAS e o Sítio Arqueológico do Pradoso, que necessitam de ações urgentes de preservação. Esses casos revelam a fragilidade das políticas públicas locais e expõem o risco de apagamento de referências históricas relevantes. A ausência de estratégias sistemáticas de conservação compromete a transmissão desses legados às futuras gerações.

O patrimônio natural de Vitória da Conquista se destacou, com a presença de bens de grande relevância ambiental e cultural. A Serra do Periperi, a Lagoa das Bateias e a Chapada das Pedras formam um conjunto paisagístico de importância ecológica e simbólica. Esses espaços, além de seu valor ambiental, são utilizados como locais de convivência, lazer e práticas culturais, além de reforçarem a dimensão do território vivido.

Contudo, o patrimônio natural apresenta fragilidades significativas. Como afirma Maia (2005, p. 87), “o processo de urbanização de Vitória da Conquista tem pressionado áreas ambientais frágeis, gerando desequilíbrios ecológicos e ampliando as vulnerabilidades territoriais”. A expansão de loteamentos e a especulação imobiliária ameaçam diretamente a Serra do Periperi e a Lagoa das Bateias e reduzem sua capacidade de desempenhar funções ecológicas e culturais.

No âmbito do patrimônio imaterial, práticas, saberes e celebrações revelam-se como componentes essenciais da identidade local. As casas de farinha e a produção de biscoitos exemplificam como tradições transmitidas entre gerações fortalecem vínculos comunitários e mantêm vivos conhecimentos tradicionais. Essas manifestações culturais extrapolam a materialidade, por consolidar pertencimentos e formas de expressão coletiva que estruturam a memória social.

As festas populares também desempenham papel central na vida cultural da cidade. O Arraiá da Conquista, o Festival de Inverno Bahia, a Feira do Bairro Brasil e o CEASA configuram espaços de sociabilidade, trocas culturais e produção de identidades. Essas celebrações e lugares contribuem para a valorização das memórias comunitárias e fortalecem vínculos sociais que ressignificam o espaço urbano.

Apesar da força simbólica, o patrimônio imaterial também enfrenta ameaças. A mercantilização de festas e a perda de práticas tradicionais, como saberes culinários transmitidos em comunidades rurais, demonstram riscos à continuidade dessas

expressões. A ausência de políticas públicas voltadas especificamente ao imaterial agrava esse quadro e reforçam desigualdades no processo de patrimonialização.

A pesquisa evidencia que a noção de patrimônio em Vitória da Conquista não pode ser compreendida de forma isolada de suas tensões sociais. Como destaca Abreu (1998, p. 15), “coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas [...], o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu”. Nesse contexto, o patrimônio atua como campo de disputa simbólica, em que diferentes atores buscam legitimar narrativas e modos de vida.

A diversidade patrimonial identificada foi sistematizada em categorias segundo o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN), o que permitiu organizar os bens materiais, imateriais e naturais de maneira comparativa. Essa estrutura evidencia diferenças quanto à localização, estado de conservação e relevância simbólica de cada bem e fornece uma visão integrada do patrimônio conquistense. A tabela 1 apresenta essa síntese e funciona como instrumento de consulta e análise para compreender a amplitude e os desafios que marcam a preservação no município.

Tabela 1 - Patrimônios materiais, imateriais e naturais de Vitória da Conquista (BA)

Patrimônio Material	Categoria (IPHAN)	Localização	Conservação
Arquitetura Urbana	Conjunto Urbano de Edificações Históricas	Centro e Proximidades	Diversificado
Casa Dona Zaza	Edificação histórica	Centro	Preservado
Casa Henriqueta Prates/ Museu Regional	Edificação histórica	Centro	Preservado
Casa Memorial Régis Pacheco	Edificação histórica	Centro	Preservado
Casa José de Sá Nunes	Edificação histórica	Centro	Preservado

XXIX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica 2025

Câmara de Vereadores	Edificação Pública		Centro	Bom
Prefeitura Municipal	Edificação Pública		Centro	Bom
Solar dos FONSECAS	Edificação histórica		Centro	Necessita de restauração
Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima	Centro Cultural		Centro	Preservado
Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira	Museu		Centro	Bom
Museu de Kard	Museu		Zabelê	Bom
Cristo de Mário Cravo	Monumento artístico		Serra do Periperi	Bom
Sítio Arqueológico do Pradoso	Patrimônio Arqueológico		Distrito do Pradoso	Necessita de preservação
Patrimônio Natural	Categoria (IPHAN)	Localização	Estado de Preservação	Relevância
Chapada das Pedras	Paisagem Cultural	Zona Rural	Regular	Formação geológica e turismo ecológico
Parque Ambiental Lagoa das Bateias	Paisagem Protegida por Tombamento	Bairro Bateias	Bom	Espaço de lazer e importância ambiental.
Praça Tancredo Neves	Paisagem Cultural	Centro	Bom	Principal ponto de convivência e turismo urbano.

Serra do Periperi	Paisagem Natural e Cultural Protegida	Norte de Vitória da Conquista	Regular	Alta importância ambiental, hídrica, paisagística e cultural
Categoria (IPHAN Imaterial)	Descrição	Manifestação	Periodicidade	Relevância
Saberes, fazeres e ofícios tradicionais	Conjunto de práticas, técnicas e ofícios transmitidos de geração em geração, que englobam saberes manuais e culinários.	Produção de biscoitos; Preparo da pamonha; Casas de Farinha, Artes Marciais, Memória do Glauber Rocha, Produções Artesanais.	Anual	Preserva conhecimentos tradicionais e fortalece a identidade cultural por meio da manutenção de saberes.
Formas de expressão	Modalidades artísticas e culturais que manifestam a criatividade e os sentimentos dos grupos, como dança, música e teatro.	Quadrilhas juninas; Apresentações musicais; Expressões teatrais.	Conforme o evento	Expressa a identidade e a diversidade cultural, contribuindo para a comunicação e ressignificação cultural.
Festas e celebrações	Eventos culturais que reúnem a comunidade e celebram tradições históricas, e assim reforçam a memória coletiva.	Arraiá da Conquista; Festival Suíça Bahiana; Festival de Inverno Bahia.	Anual	Reforça o senso de pertencimento, movimentando a economia local e promove a interação social.

Lugares ou espaços de práticas culturais coletivas	Locais onde se desenvolvem atividades culturais e sociais, servindo como pontos de encontro e preservação da cultura local.	Feira do Bairro Brasil; CEASA; Centros culturais; Ilê Axé ABC Alaketu; Comunidades Quilombolas.	Permanente	Favorece a convivência e a continuidade das tradições, e atua como espaço de memória e identidade.
--	---	---	------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A tabela 1 mostra a diversidade do patrimônio de Vitória da Conquista ao reunir bens materiais, naturais e imateriais em uma mesma síntese. A leitura permite perceber que, enquanto parte do acervo material encontra-se preservado, áreas naturais revelam maior vulnerabilidade e as práticas imateriais sofrem pressões externas. Essa organização evidencia tanto o potencial quanto os desafios que marcam a preservação no município.

Por fim, a síntese dos resultados demonstra que o patrimônio cultural de Vitória da Conquista constitui um eixo central de identidade territorial, mas se encontra tensionado pela urbanização acelerada e pela fragilidade das políticas públicas. Nora (1989, p. 8–9) observa que os lugares de memória são “simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente acessíveis à experiência sensível e, ao mesmo tempo, abertos às mais abstratas elaborações”. Nesse sentido, os bens inventariados funcionam como marcos de pertencimento, essenciais para a preservação da memória e para a resistência cultural diante das transformações urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o inventário do patrimônio cultural de Vitória da Conquista permitiu compreender a cidade como espaço de múltiplas referências, ao articular bens materiais, imateriais e naturais. Esse processo revelou a importância de integrar diferentes dimensões patrimoniais em uma leitura unificada, ao superar visões restritas ao monumental e incluir práticas cotidianas e paisagens que estruturam o território vivido.

Os resultados evidenciaram que, embora existam bens preservados e reconhecidos, como museus, praças e casas de memória, muitos patrimônios encontram-se vulneráveis. O avanço da urbanização, a especulação imobiliária e a fragilidade das políticas públicas comprometem tanto o patrimônio natural, a exemplo da Serra do Periperi e da Lagoa das Bateias, quanto práticas culturais imateriais, ameaçadas pela mercantilização e pela perda de continuidade geracional.

Nesse contexto, o estudo confirmou que o patrimônio constitui um eixo central de identidade territorial e memória coletiva, mas se encontra tensionado por disputas sociais e interesses econômicos. Como observa Abreu (1998, p. 9), “a cidade é sempre uma construção histórica, marcada por sucessivas camadas de tempo e memória”. De forma convergente, Nora (1989, p. 7) afirma que “os lugares de memória existem porque já não há mais meios de memória, contextos em que a memória fazia parte da experiência cotidiana”. Em Vitória da Conquista, essa dinâmica torna o patrimônio um espaço de disputa simbólica e de resistência cultural.

Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas mais sensíveis, dialógicas e territorializadas. A valorização do patrimônio só é legítima quando construída com a participação efetiva das comunidades envolvidas, como destaca Fonseca (2005). Assim, o inventário não se limita a um exercício descritivo, mas configura-se como instrumento crítico para pensar a cidade, fortalecer vínculos identitários e orientar práticas de preservação que articulem cultura, memória e território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras: Geografia, Porto, série II, v. XIV, p. 9-20, 1998.
2. BRUSADIN, Leandro; BARCI-CASTRIOTA, Leonardo. Memória e patrimônio cultural: gestão, preservação e interpretação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2023. Disponível em: <https://sites.arq.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/wp-content/uploads/2023/11/E-book-2023-Memoria-e-Patrimonio-Cultural.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.
3. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
4. CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 33, p. 147-165, 2012.
5. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
6. LUIZ, Miriã Lúcia; SUBTIL, Bruna Mozini; ERLACHER, Esdra. Memórias, narrativas e histórias de vida: aproximações com o patrimônio cultural. In: LUIZ, Miriã Lúcia; SUBTIL, Bruna Mozini; ERLACHER, Esdra (org.). Patrimônio cultural e história local. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023. p. 13–25. Disponível em: https://ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/miolo_patrimonio_cultural_e_historia_local_23-8_e-book_1.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

7. MAIA, Djalma. Cidade média e meio ambiente: o caso de Vitória da Conquista. Salvador: EDUFBA, 2005.
8. NORA, Pierre. Between memory and history: Les lieux de mémoire. Representations, n. 26, p. 7–24, Spring 1989.
9. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.